

POLÍTICA E HISTÓRIA NA OBRA “FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO” DE CAIO PRADO JÚNIOR

Caio Cobianchi da Silva

Karla Maria Silva

Universidade Estadual de Maringá (CRV)

RESUMO: Propõe-se com este artigo realizar uma análise acerca da forma com que Caio Prado Júnior vincula história e política na sua obra *Formação do Brasil contemporâneo*. Para tal, resgatamos brevemente o contexto político e econômico que serviu como pano de fundo para a produção da obra, e buscamos, ainda, associar a trajetória política do autor com as maneiras com que o mesmo interpretou a história do Brasil. Constatamos que num primeiro momento, Caio Prado analisou a história brasileira por meio de pressupostos marxistas como a luta de classes, mas que, posteriormente, reinterpreto o passado lançando mão da teoria de *sentido da colonização*. Esta última perspectiva esteve presente na obra *Formação*, analisada neste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Caio Prado Júnior; Formação do Brasil contemporâneo; Sentido da colonização.

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Na primeira metade do século XX, em busca da compreensão dos elementos formadores da nação, foram produzidos clássicos da historiografia brasileira. Obras como *Casa-grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior, recorriam à história para explicar a constituição do Brasil de seus dias.

Com Caio Prado Júnior e, posteriormente, com Celso Furtado e Fernando Novais, o período colonial passou a ser considerado ponto chave para o entendimento da formação do Brasil. Além de ser considerado vivo, ainda presente, o passado colonial foi visto como sinônimo de algo que devia ser superado.

A obra *Formação do Brasil contemporâneo* lançou as bases teóricas para o entendimento da história do Brasil e, conseqüentemente, do período colonial. Entre as décadas de 40 e 80 do século XX, não surgiram críticas incisivas no sentido de romper com seus postulados. Os historiadores Celso Furtado e Fernando Novais aprofundaram e aperfeiçoaram questões trabalhadas por Caio Prado, sem romper com sua teoria, segundo a qual, o desenvolvimento da colônia teria sido subordinado aos interesses do mercado externo.

Neste artigo pretendemos refletir acerca da análise de Caio Prado Júnior sobre a colonização do Brasil por meio da obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, tendo em vista o contexto histórico na qual foi produzida e o posicionamento político do autor, uma vez que acreditamos que sua interpretação do passado esteve intimamente vinculada com o mesmo. *Formação* aparece como expressão de uma

nova concepção de história traçada por Caio Prado que, ao encontrar o chamado *sentido da colonização*, estava questionando os rumos apresentados pela nossa história e postulando uma alternativa: o estabelecimento de uma economia nacional. Acreditamos que nossa reflexão pode contribuir para uma análise que não homogeneíze o pensamento do historiador, mas que chame a atenção para a relação entre o itinerário político e as perspectivas historiográficas de Caio Prado.

Os objetivos desse trabalho são, em linhas gerais, contribuir para uma análise não homogeneizante do pensamento de Caio Prado Júnior; refletir sobre a relação entre o itinerário político e as perspectivas historiográficas do autor em questão; entender como Caio Prado Júnior articula seu posicionamento político na obra *Formação do Brasil contemporâneo*.

CAIO PRADO JÚNIOR E A ECONOMIA INTERNA

Recém-promulgada a Lei Áurea, há pouco proclamada a República e, conseqüentemente, instaurada a primeira Constituição da República Brasileira, nasce, na São Paulo de 1907, Caio Prado Júnior. De família abastada e cafeicultora, estudou Direito, ingressou no Partido Democrático em 1928 e apoiou a candidatura de Getúlio Vargas. No entanto, acabou desencantando-se com a Aliança Liberal e se filiou ao Partido Comunista Brasileiro em 1931, chegou ainda à vice-presidência da Aliança Nacional Libertadora em 1935.

Enquanto nas últimas décadas do século XIX vigorava no Brasil uma política regrada pelo interesse das oligarquias rurais, seguida pelo governo de Campos Sales e pela montagem da política dos governadores, na segunda década do século XX vinha crescendo o descontentamento com o sistema até então vigente.

Se pensarmos no momento histórico em que nasceu Caio Prado até a publicação de *Formação do Brasil contemporâneo*, em 1942, percebe-se que eventos como a revolta tenentista, a fundação da Varig – primeira empresa brasileira de aviação comercial – ainda em 1927, e a instalação do governo Vargas com todos seus desdobramentos, constituem o pano de fundo sobre o qual foi elaborada sua interpretação sobre a história do Brasil.

Enquanto grande parte do mundo se envolvia na Primeira Grande Guerra, a industrialização já recebia grande impulso no Brasil. Sobretudo a partir da crise de 29, o nacionalismo recebeu maior prestígio. Getúlio Vargas é expoente desse esforço para se desenvolver a indústria nacional, favorecendo comercialmente produtos brasileiros em detrimento de importados. Inclusa nessa política de intervenção econômica está a fundação das estatais Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Portanto, é em meio a tantos esforços para se desenvolver a indústria nacional que Caio Prado Júnior elaborou *Formação*, considerando que o início da história do Brasil possuía um *sentido*, caracterizado pelo atendimento das necessidades alheias, que no alvorecer do século XIX acabou se encaminhando para uma tentativa de fomentar a economia interna. Vale notar que esse *sentido* estava ligado à forma com que Prado Jr. compreendia seu presente e ao ambiente político e econômico que caracterizava o Brasil de sua época. Nas palavras do historiador Claudinei M. M. Mendes,

Tratava-se de um autor que não desejava nem o socialismo, nem o capitalismo, pelo menos na sua forma liberal. Combateu, por isso, essas duas perspectivas. Motivado por esse posicionamento, buscou formular uma interpretação da história do Brasil que embasasse sua posição política. Daí sua caracterização de colônia como produção para o mercado externo. Sua superação seria, então, o seu oposto ou contrário, ou seja, uma produção voltada para o mercado interno. Assim, em última instância, foi seu posicionamento diante das questões da sua época que o levou a encarar a história do Brasil da maneira como o fez. (MENEZES; PEREIRA; MENDES, 2011, pg. 85).

Caio Prado Júnior estava se voltando aos questionamentos de seu tempo e, uma vez encontrado no passado algo que lhe permitiu compreender o presente e oferecer uma alternativa política e econômica para o mesmo, sua obra buscou esclarecer - e mesmo convencer - o leitor, de que fora encontrado um *sentido* para a história do Brasil.

Vale considerar ainda que a historiografia do século XX assumia um aspecto profético. O compromisso não era apenas com o passado, mas, sobretudo, com o próprio presente, e ainda, com o futuro. A intelectualidade se preocupava em traçar rumos para a sociedade em que vivia. Apresentavam-se na esfera política as opções pelo socialismo e pelo capitalismo (liberal), mas Caio Prado propunha uma alternativa. Assim “se ele analisa a época colonial, é unicamente para buscar elementos que lhe permitam fazer uma reflexão sobre o conjunto da nossa história e oferecer uma direção para o desenvolvimento do Brasil” (MENDES, 2008, pg. 70). Analisemos mais atentamente a interpretação de Prado Júnior acerca da colonização.

FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Nos primeiros parágrafos de *Formação* (1961, pg. 5-6), Caio Prado assinala que o início do século XIX representa o resultado da colonização e início de um processo essencial para se entender o Brasil contemporâneo. Um processo de renovação que significava os primeiros passos para o estabelecimento de uma economia autônoma.

A compreensão deste período em específico, que é o fim do sistema colonial, se torna importante, pois, nas palavras de Prado: “aquêle momento se apresenta como um termo final e resultante de toda nossa evolução anterior” (1961, pg. 14). Seria preciso entender o período colonial e o que dele resultou para se compreender a formação do Brasil contemporâneo – de 1942. Caio estava preocupado em explicar como o Brasil do século XX havia se constituído.

Vale notar que, para Caio Prado, o processo de transformação iniciado no começo do século XIX ainda não havia se completado em seus dias, ou seja, não houve uma ruptura brusca com o passado colonial. Exemplo disso, segundo ele, seria a permanência de instituições provenientes do período colonial, como o trabalho forçado, a produção extensiva destinada ao mercado externo e, conseqüentemente, um mercado interno deficiente e as relações de classe de cunho colonial, entre outras, ainda estavam presentes em sua época (1961, pg. 6-7).

O autor entendeu as instituições coloniais, que haviam se completado após três séculos do descobrimento, como resultado de um processo mais amplo que se alinha à história da Europa. Ele adverte que algumas instituições, como as ordens

religiosas, não estavam necessariamente vinculadas ao fator econômico; elas fugiam à regra, pois a colonização não era mais do que simplesmente um capítulo da história comercial europeia. Assim, para compreender a evolução do Brasil: “precisamos reconstituir o conjunto de nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do séc. XV” (1961, pg. 14).

Prado Jr. buscou fazer uma síntese do Brasil colonial, podendo assim considerá-lo um passado que ainda se apresentava. Estava ainda projetando um futuro já iniciado. Podemos ver na sua obra um entrelaçamento entre passado, presente e futuro. Mencionados alguns anacronismos (trabalho forçado, fraco mercado interno e etc.), o autor, tendo por fonte depoimentos de viajantes estrangeiros do século XIX, nos mostra que, na visão destes, o Brasil era atrasado. A questão é que problemas encontrados nos séculos anteriores, ainda persistiam no tempo, em sua concepção. Entre esses estão as queixas encontradas em documentos de 1770 (Roteiro do Maranhão a Goiás) e de 1824 (Corografia histórica), acerca da precariedade da agricultura brasileira (1961, pg. 8). Com isso, o autor expõe elementos que permitem caracterizar o molde "Brasil colônia" pensando no que deve ser superado e nas transformações desejadas.

Após a Introdução de sua obra, o historiador segue com o capítulo intitulado “sentido da colonização”. Já foi visto anteriormente que, para Caio Prado, a história do Brasil possuía um *sentido*, consequência dos desdobramentos da história europeia, que era atender às necessidades comerciais externas ao próprio país. O comércio, portanto, era entendido como eixo central da história colonial. Vamos nos atentar mais a essa questão.

Nas palavras de Prado: “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. O conjunto dos fatos “se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação”. Assim, “todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo” (1961, pg. 13). É assim que o autor pensou a história do Brasil: a colonização portuguesa na América é simplesmente resultante dos dobramentos do mundo moderno, ou seja, apenas parte de um todo muito mais complexo. Não poderia se pensar a história do período colonial dissociada de seus antecedentes, dos processos que culminaram no descobrimento e que lhe atribuíram o *sentido* de sua evolução.

O todo do qual a colonização do Brasil faz parte seria aquele iniciado por conta do interesse e disposição das empresas marítimas e do Reino de Portugal em se beneficiar de terras longínquas, tudo isso possibilitado pelo desenvolvimento do comércio continental europeu em meados do século XIV e, mais especificamente, pelas primeiras excursões marítimas iniciadas pelos pioneiros portugueses.

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo o que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não tem outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores (PRADO JÚNIOR, 1961, pg. 16).

Grande parte dos processos e relações estabelecidos teria se alinhado mais cedo ou mais tarde ao interesse comercial. Na falta de ouro, o pau-brasil é o que primeiro se pode explorar. Aos poucos vão se moldando as relações econômicas e sociais entre os próprios colonizadores, sem se esquecer da interação com quem vivia ali. Neste último caso, primeiro vem o escambo, depois a escravização. A ideia de exploração da colônia e de que a mesma se voltava primordialmente ao mercado externo encontra suas bases nesses primórdios.

O autor ressalta que o clima tropical possibilitou que se realizasse o objetivo principal da colonização, de se extrair produtos comerciáveis na Europa. Ora, os produtos cultiváveis no Brasil são justamente aqueles não encontrados na Europa, assim, colonizar aqui significa abastecer lá. E este fator vai moldar as relações a serem estabelecidas e ser decisivo para o emigrante que “viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso, mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele” (PRADO JÚNIOR, 1961, pg. 23). O próprio perfil de homem que se dirigia à América portuguesa é definido pelo *sentido* da colonização.

Assim teria se construído o ambiente voltado às necessidades alheias. Caio Prado caracteriza o ambiente, sobretudo a partir da efetiva escravização negra, como formado em larga escala por grandes unidades produtoras, com muitos trabalhadores subordinados a ela (1961, pg. 23). Grande propriedade, monocultivo e trabalho escravo, eram o que melhor caracterizavam o Brasil-colônia.

São, portanto, os produtos disponíveis e interessantes ao comércio europeu, os empresários interessados em explorá-los e a mão de obra escrava, seja indígena ou negra, que resultam do *sentido* da colonização e que vão determinar os rumos da história do Brasil a partir do descobrimento.

Cultiva-se a cana como se extrai o ouro, como mais tarde se plantará algodão ou café: simples oportunidade do momento, com vistas para um mercado exterior e longínquo, um comércio instável e precário sempre. [...] a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita. Daí a sua instabilidade, com seus reflexos no povoamento, determinando nêle uma mobilidade superior ainda à normal dos países novos (PRADO JÚNIOR, 1961, pg. 67).

Assim, a grande produção era aquela destinada à exportação, não chegando a se cogitar seriamente uma alternativa que não a de produção em larga escala. As pequenas propriedades, o trabalho autônomo e a produção para subsistência seriam de importância ínfima se comparadas às grandes propriedades, de monocultura e mão de obra escrava, destinadas a fornecer minérios e gêneros tropicais para a Europa.

Uma vez que a economia colonial se organiza de maneira submissa aos interesses que lhe são exteriores, é inevitável a contradição de interesses entre os polos, resultando na ideia de exploração colonial. Vejamos Caio Prado parafraseando uma de suas fontes, que infelizmente possui um autor desconhecido, mas que permite entender o cerne de seu pensamento.

As colônias existem e são estabelecidas em benefício exclusivo da metrópole; êste benefício se realiza pela produção e exportação, para ela,

de gêneros de que necessita, não só para si própria, mas para comerciar com o supérfluo no estrangeiro; que, finalmente, o povoamento e organização das colônias deve subordinar-se a tais objetivos, e não lhes compete se ocuparem em atividades que não interessam o comércio metropolitano. Admite no máximo, mas como exceção apenas, a produção de certos gêneros estritamente necessários à subsistência da população e que seria impraticável trazer de fora (PRADO JÚNIOR, 1961, pg. 120).

Através dessa citação, fica difícil não pensarmos colonização senão como sinônimo de exploração e todas as resultantes dessa ideia. Acrescenta-se que “se deve negar a perspectiva de um comércio livre, benéfico a ambas as partes, tal qual preconiza a tradição liberal. Ao contrário, o intercâmbio é organizado por meio da força, de um estatuto político que concede vantagens a um dos pólos da relação” (MAGALHÃES, 2008, pg. 72). Caio Prado inovou quando encontrou o chamado *sentido* e fez dele o fator determinante. Tudo, ou pelo menos os fatores de primeira ordem, teriam girado em torno dessa mola mestra, que é a economia, que se volta ao mercado externo. Nas suas palavras: “tudo mais que nela existe, e que é aliás de pouca monta, será subsidiado e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial” (1961, pg. 113).

POLÍTICA E HISTÓRIA

Entre as obras *Evolução política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), há não só uma transformação na maneira de compreender o passado, mas também uma nova postura política abraçada por Caio Prado. Se no primeiro momento o historiador está mais envolvido com o Partido Comunista, no segundo suas atividades se direcionam à Aliança Nacional Libertadora (ANL). Caio Prado, ao inserir-se na Aliança Nacional Libertadora, estava repensando suas concepções políticas e, consecutivamente, sua concepção acerca da história do Brasil. Sete anos após essa inserção, em 1942, é publicada *Formação do Brasil contemporâneo*, obra esta que se apresenta como resposta do historiador às questões dadas pela história no século XX.

A concepção de que a história do Brasil foi movida pela luta de classes, perdeu espaço para a ideia de que a mesma história possuía um *sentido*, que era a transição de uma economia externa para uma interna. Não é estranha a constatação de que uma das pautas da ANL era a libertação nacional. Caio Prado concluiu que nem o capitalismo liberal atenderia às necessidades da sociedade brasileira e nem o socialismo, pelo menos neste primeiro momento. O que o Brasil precisava era deixar de se voltar para os interesses exteriores, pois estes serviam de entrave para a real necessidade da sociedade brasileira.

Portanto, em *Formação*, a economia agrária exportadora é vista como eixo central da dinâmica colonial. O Brasil teria sido colonizado para atender as necessidades que lhe são exteriores e sua evolução consistiria na desvinculação para com esta razão, já que os resquícios coloniais apareciam como empecilho para o desenvolvimento da nação. Ou melhor, a nação só se constituiria como tal a partir do momento que estivesse voltada para si mesma.

Enquanto os correligionários de Caio Prado no PCB insistiam na tese feudalismo-capitalismo-socialismo, Caio Prado criticava tal tese feudal, pois esse tipo de organização foi estabelecida para a história europeia, não podendo servir de molde para a história do Brasil. Não vemos em *Formação* sequer a menção de que o Brasil algum dia se constituiu como feudal ou capitalista, a transição se dava entre

economia colonial e economia nacional.

No artigo *A questão do feudalismo no Brasil: um debate político*, o historiador Claudinei Magno Magre Mendes faz uma análise sobre as postulações do Partido Comunista e de Caio Prado: “essas interpretações não derivam das suas concepções de marxismo, mas, sim, do modo como esse partido e o intelectual paulista se colocaram diante das questões então postas à sociedade”. (2013, pg. 201). Ou seja, o socialismo ainda era um desejo para ambos, a visão etapista e economicista permanecia, mas Caio Prado, ao invés de propor uma revolução democrático-burguesa, propunha a intervenção do Estado na economia, a fim de eliminar os resquícios coloniais, para se desenvolver um mercado interno.

Ainda no mesmo artigo, Mendes afirma que “Caio Prado é partidário de uma tendência que se divisava na Europa desde a segunda metade do século XIX” que julgava “necessário reformar o capitalismo e, com isso, impedir ou atenuar os conflitos para que não descambassem para a luta de classes e para a radicalização, o que beneficiariam apenas os setores revolucionários do movimento operário” (2013, pg. 209-210). Não negamos as divergências teóricas entre o PCB e Caio Prado Júnior, no entanto, observando que este último muda sua concepção histórica durante sua trajetória; entendemos que novas perspectivas políticas foram decisivas. A luta de classes foi substituída pela união das classes, ou seja, sua interpretação da história foi alterada em razão de seu objetivo.

CONCLUSÃO

Caio Prado Júnior é conhecido por ter inaugurado na historiografia brasileira uma interpretação da história do Brasil baseada na teoria marxista. No entanto, não podemos simplificar as reflexões deste historiador a esta afirmação. Ao contrário, temos de considerar que, durante sua trajetória política e intelectual, Prado Júnior elaborou e reelaborou sua construção do passado histórico.

Num primeiro momento, com a recém-adesão ao Partido Comunista, o fim condutor da análise “caiopradiana” foi a própria luta de classes, no entanto, com a obra *Formação*, este foco se perde e o historiador procura entender o processo histórico brasileiro a partir da transição de uma economia exportadora para uma voltada às necessidades do mercado interno, na qual o Estado deveria gerir o capitalismo para satisfazer as necessidades da população brasileira.

Neste artigo foram expostas apenas algumas considerações do itinerário político do autor, as quais consideramos ter influenciado sua interpretação da história do Brasil, já que uma análise mais aprofundada desta relação escapa aos limites para esta proposta. Todavia, assim como Claudinei Mendes, acreditamos que “a melhor maneira de se estudar o pensamento político de Caio Prado é acompanhá-lo como uma formulação cujas partes foram se agregando ou se separando no decorrer do processo em virtude das lutas políticas e das exigências do seu próprio posicionamento político” (2008, pg. 30).

Concluimos que para compreender a visão “caiopradiana” acerca da colonização do Brasil, se torna necessário considerar dois pontos: primeiro, ao escrever as obras, o autor estava expondo seu posicionamento político perante as questões que se apresentavam na primeira metade do século XX; segundo, não podemos entender a produção historiográfica de Caio Prado como um todo, mas sim analisar cada obra através de momentos específicos da vida do autor, já que o mesmo segue reformulando sua compreensão acerca do passado.

BIBLIOGRAFIA

MAGALHÃES, Diogo Franco. **O reinventar da colônia**: um balanço das interpretações sobre a economia colonial brasileira. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2008.

MENDES, Claudinei Magno Magre. **O ensaísmo na historiografia brasileira**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences. V. 34, n. 1, Maringá, 2012.

MENDES, Claudinei M. M. **Política e História em Caio Prado Júnior**. São Luís: UEMA, 2008.

MENEZES, Sezinando L.; PEREIRA, Lupércio A.; MENDES, Claudinei M. M. (orgs.). **Expansão e consolidação da colonização portuguesa na América**. Maringá: Eduem, 2011.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil**. Ensaio de interpretação materialista da história brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.